EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2024 PROCESSO LICITATÓRIO 015/2024

ОВЈЕТО									
AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS ESCOLARES									
INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTA/DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO								
Dia 29/04/2024 às 17:00	Dia 13/05/2024 às 09:30								
INÍCIO DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS	FIM DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS								
Dia 13/05/2024 às 09:30	Dia 13/05/2024 às 10:00								
INÍCIO DA DISPUTA	MODO DE DISPUTA								
Dia 13/05/2024 às 10:01	Aberto e fechado								
ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL	INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES								
Até três dias úteis antes da data de abertura, devendo ser enviados por e-mail: licitar@capelanova.mg.gv.br	R\$ 0,01 (um centavo)								

DELIBERAÇÃO E INSTRUÇÕES PARA CADASTRO NO SISTEMA PREGAO NET

- 1. Para iniciar o cadastro no sistema eletrônico de pregão, será necessário o registro do fornecedor (EMPRESA) e seus respectivos representantes, conforme segue:
- a) Acessar o painel pregão eletrônico em https://capelanova.licitapp.com.br/
- b) Selecionar a opção (ENTRAR), caso não possua acesso, escolher a opção (ainda não tenho cadastro, assim, será direcionado para a página http NovoUsuario). Feito isto, preencher os dados necessários e incluir os documentos solicitados pelo sistema.

OBS: Lembrando que nesse primeiro momento o cadastro será referente à empresa (FORNECEDOR).

- c) Após a finalização do cadastro principal (FORNECEDOR), fazer o login para acessar o sistema;
- d) Em seguida preencher o nome e e-mail do representante (USUÁRIO) que irá dar andamento no sistema; automaticamente um CONVITE será enviado para o e-mail informado, para que o representante (USUÁRIO) faça a inclusão das informações necessárias e inicie a operacionalização do sistema.

OBS: Sempre que a empresa quiser cadastrar um novo usuário (Representante para Sessão), será necessário fazer o login: com a opção FORNECEDOR, CNPJ e SENHA.

ATENÇÃO:

Para CADASTRAR A PROPOSTA e enviar a documentação o representante da empresa deverá logar com a opção Usuário/Representante, utilizando o CPF e Senha, pois, é com este perfil que será anexada a documentação, PREENCHIDA A PROPOSTA e enviados os lances eletrônicos da empresa que o credenciou.

1.1- O MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade pregão, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por lote, no dia 29/04/2024 às 10:01h, nos ditames da Lei federal 14.133/2021, Decreto Municipal 03/2023 de 17 de janeiro de 2023, Lei Complementar 147/2014 e alterações posteriores, bem como as cláusulas previstas neste Edital e anexos.

1.2- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 17:00 horas do dia 29/04/2024 ás 09:30 horas do dia 13/05/2024.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:31 horas do dia 13/05/2024 às 10:00 horas do dia 13/05/2024.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:01 horas do dia 13/05/2024.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: https://capelanova.licitapp.com.br/

- **1.3-** As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no site: https://capelanova.licitapp.com.br/
- **1.4-** A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico: https://capelanova.licitapp.com.br/ no dia e horário mencionados no preâmbulo deste Edital e serão conduzidos pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, designados por Portaria do Executivo Municipal, juntada aos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

2 DO OBJETO

2.1- O objeto do presente certame licitatório é selecionar a propostas mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E ACESSÓRIOS ESCOLARES, sob o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE**, em conformidade com as descrições, especificações e quantitativos previstos no Anexo I deste Edital, denominado TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO.

3- DO PROCESSAMENTO

- **3.1-** O processamento deste Pregão Eletrônico será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo.
- **4 DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA "ABERTO E FECHADO"** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado
- **4.1.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances,

após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

- **4.1.2** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- **4.2-** As propostas deverão obedecer às especificações deste Edital e seus anexos que dele fazem parte indissociável.

5- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

PROCESSO EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM CONFORMIDADE COM O ART. 48, I, LEI COMPLEMENTAR 147/2014 PARA OS LOTES 02, 03 e 04.

- **5.1-** Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, desde que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento.
- 5.2.- São consideradas Empresas de Pequeno Porte EPP e Microempresas ME, as pessoas jurídicas que se adequem às disposições previstas no artigo 3º da Lei Complementar 123 de 2006 e Microempreendedor Individual MEI, aquelas que preencham os requisitos do artigo 18-E da mesma Lei Complementar e suas posteriores alterações.
- **5.2.1-** Para participar do certame com os benefícios da Lei 123/2006 e alterações da Lei Complementar 147/2014, acima expostas, as empresas interessadas deverão declarar a condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI), no momento da efetuação do CADASTRO DO FORNECEDOR, na plataforma do pregão eletrônico disponível em: https://capelanova.licitapp.com.br///novoUsuario, informando o "Porte da Empresa (ME ou EPP ou MEI)" para alcance dos benéficos da Licitação com reserva de cota.
- Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) Microempreendedor Individual (MEI), além da inserção de seu porte (ME ou EPP ou MEI) na plataforma do pregão eletrônico disponível em: https://capelanova.licitapp.com.br///novoUsuário, deverão informar também condição de ME ou EPP ou MEI, assinalando em declaração própria o seu enquadramento e/ou apresentando documento que comprove tal condição durante a fase de habilitação.

- **5.2.4-** Caso a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI) não proceda da forma estabelecida nos itens acima, interpretar-se-á como renúncia tácita aos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 de 14.12.2006 com as alterações dadas pela Lei Complementar 147/2014.
- **5.2.5-** A mera declaração como **ME** ou **EPP** ou **MEI** ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 e sua alteração dada pela Lei Complementar 147/2014, por licitante que não se enquadrar na definição legal reservada a essas categorias, configura fraude ao certame, sujeitando a empresa à aplicação de sanção administrativa prevista neste Edital, sem prejuízo da responsabilização e demais cominações legais e penais em outras esferas.
- **5.3-** Não poderá participar desta licitação empresa:
- **5.3.1-** Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com o Município de Capela Nova/MG:
- **5.3.2-** Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 5.3.3- Em consórcio:
- **5.3.4-** Que estiver sob processo de falência ou concordata ou recuperação judicial;
- **5.3.5-** Que explore ramo diverso do objeto licitado;
- **5.3.6-** Servidor público municipal ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, de acordo com o artigo 14, da Lei nº 14.133/2021;
- **5.3.7-** Empresas cujos sócios, administradores ou diretores pertençam, simultaneamente a mais de uma empresa licitante.
- **5.3.8-** A observância das vedações do subitem anterior é de responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.
- **5.4-** A participação da licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste Edital e nos seus anexos, bem como das normas legais que disciplinam a matéria.

5.5- A participação das licitantes tem ciências que o processo licitatório é expressamente exclusivo às Empresas de Pequeno Porte - EPP, as Microempresas - ME e os Microempreendedores Individuais - MEI, **para os itens 02 e 03,** com fundamento legal no inciso III, do art. 48, da Lei 147/2014.

6- DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- **6.1-** A licitante deverá realizar o credenciamento no endereço disponível em: https://capelanova.licitapp.com.br/, no sistema de pregão eletrônico do Município de Capela Nova/MG, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica, sob pena de não credenciamento.
- **6.2-** A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- **6.3-** O credenciamento da licitante em https://capelanova.licitapp.com.br/ implica a presunção de sua capacidade e seu Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico e a responsabilidade legal pelos atos praticados.

7- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- **7.1-** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço https://capelanova.licitapp.com.br/ desde a divulgação da íntegra do edital no referido endereço eletrônico, até o dia e horário previstos, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.
- **7.1.1-** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º, da LC nº 123 de 2006.
- **7.1.2-** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

- **7.1.3-** Até o horário previsto para o fim do recebimento das propostas/documentos de habilitação, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- **7.1.4-** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- **7.1.5-** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.2 - DO PREENCHIMENTO ELETRÔNICO/ENVIO DA PROPOSTA

- **8.2.1-** A proposta deverá ser cadastrada/informada no sistema de pregão eletrônico do Município de Capela Nova/MG, por meio da plataforma https://capelanova.licitapp.com.br/, em campo próprio.
- **8.2.2-** A licitante, além do preenchimento eletrônico da proposta de preços, em formato digital na plataforma https://capelanova.licitapp.com.br/, informando o "valor unitário do item" e a "marca", se for o caso, poderá anexar também, exclusivamente por meio do sistema da plataforma eletrônica, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, sua proposta formal em modelo padrão de acordo com o Anexo II deste Edital, com a descrição do objeto ofertado, devidamente preenchida, sob pena de inabilitação, a qual deverá conter os seguintes elementos:
- **8.2.2.1-** Razão social, endereço e CNPJ da licitante;
- **8.2.2.2-** Número do Processo Licitatório e deste Pregão Eletrônico;
- **8.2.2.3- PREÇO UNITÁRIO** e **PREÇO TOTAL**, de cada item e Lote, em moeda corrente nacional, em conformidade com o Anexo II deste Edital, sem inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária;
- **8.2.2.4- "MARCA"** dos produtos;
- **8.2.2.5-** Prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, sendo considerado este o prazo, nos casos em que inexistir a menção na proposta da licitante.
- **8.2.3-** A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, digitada ou datilografada ou manuscrita legível,

sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou por procurador, devidamente representado, devendo ser apresentada em uma única via.

- **8.2.4-** Nos preços propostos deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, inclusive embalagem, frete, carregamento e descarregamento, tributos e encargos sociais, ônus previdenciários e trabalhistas, seguro, demais encargos e acessórios incidentes sob o fornecimento do objeto.
- **8.2.5-** A licitante que deixar de anexar o arquivo da proposta na plataforma https://capelanova.licitapp.com.br/, será declarada **DESCLASSIFICADA** pelo Pregoeiro.
- **8.2.6-** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- **8.2.7-** Não será admitida proposta que não atenda aos quesitos do(s) item(ns) constante(s) no Anexo I deste Edital.
- **8.2.8-** Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos, contendo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos.
- **8.2.9-** Todas as especificações estabelecidas para o objeto será tacitamente aceita pela licitante, no ato da entrega de sua Proposta Comercial.
- **8.2.10-** O encaminhamento da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas neste Edital.
- **8.2.11-** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso (login) e senha.
- **8.2.12-** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.
- **8.2.13-** Apresentada a proposta de preços pela licitante, após abertura da sessão pública, não poderá haver desistência da mesma, integralmente ou parcialmente, salvo por motivo superveniente e de alta relevância, o que será decidido motivadamente pelo Pregoeiro.
- **8.2.14-** A proposta e os lances deverão referir-se ao **PREÇO TOTAL DO LOTE.**

- **8.2.15-** Será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO DO LOTE.**
- **8.2.16-** Os itens foram distribuídos conforme artigo 48 da Lei Complementar n.º 147/2014:

9- DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

- **9.1-** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.
- **9.2-** A licitante deverá anexar os documentos para habilitação em https://capelanova.licitapp.com.br/, após a fase de lances e negociações, em campo próprio, sob pena de inabilitação do certame público.
- 9.3- OS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA HABILITAÇÃO SERÃO ENVIADOS POR MEIO DO SISTEMA, EM FORMATO DIGITAL, NO PRAZO DE NO MÁXIMO DE ATÉ 1 (UMA) HORA, CONTADO DA SOLICITAÇÃO DO PREGOEIRO.
- **9.4-** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- **9.5-** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9- DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

- **9.1-** Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor.
- **9.2** Os documentos de habilitação serão solicitados após a fase de lances e negociação, sendo que o licitante terá somente uma única chance para anexar e enviar.
- **9.3** As licitantes deverão anexar em formato digital no sistema de pregão eletrônico, em tempo hábil, após a fase de lances e negociações. O pregoeiro comunicará via chat o prazo limite para anexar os documentos de habilitação a seguir especificados:

I - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro comercial ou requerimento de empresário, no caso de empresa individual;

- **b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com a última alteração ou alteração contratual consolidada, em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- **c)** Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- **d)** Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- **e)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

II - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ, com situação ativa;
- **b)** Certidão de Regularidade de situação com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei, em validade;
- *c)* Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Fazenda Nacional junto a Fazenda Federal e Procuradoria da União, que abrange inclusive a regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), ou positiva com efeitos de Negativa, em validade;
- *d)* Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, referente ao FGTS, em validade;
- e) Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, junto à Fazenda Pública do Município onde estiver instalada a sede ou filial da licitante que fornecerá os produtos à Prefeitura Municipal ou outra prova equivalente na forma da lei, em validade;
- *f)* Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, ou positiva com efeitos de negativa, em validade.

III - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- *a)* Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual da sede da licitante, em plena validade, emissão não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação, ou ainda Certidão Judicial Cível Negativa expedida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais por meio do Sítio Eletrônico do TJMG, pertinente à Comarca onde estiver instalada a matriz da licitante;
- b) As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor. Ademais, em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

IV - QUALIFICAÇÃO TÉCNICAS E OUTRAS:

- a) DECLARAÇÃO UNIFICADA subscrita pelo representante legal da licitante, conforme Anexo III deste Edital;
- **b)** Para a licitante enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar a Certidão Simplificada, emitida com a antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data da abertura da licitação, pela Junta Comercial do domicilio da proponente ou equivalente, onde conste o seu enquadramento (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), para fins das prerrogativas da Lei Complementar n.º 123/2006 e n.º 147/2014.

10- DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 10.1- Os documentos de habilitação relacionados no item 12.1, incisos I, II e III, poderão ser substituídos por qualquer Certificado de Registro Cadastral de ente público "C.R.C., SICAF", desde que o cadastro esteja vigente e conste a documentação solicitada neste Edital e suas respectivas validades (quando se tratar de documento vencível) e este certificado deverá ser anexado na plataforma eletrônica disponível em: https://capelanova.licitapp.com.br/, em formato digital, em campo próprio "Documentos de Habilitação", sob pena de inabilitação.
- 10.1.1- Caso alguma certidão negativa constante no Certificado de Registro Cadastral de ente público, ou no "C.R.C./SICAF" estiver com o prazo de validade expirada; ou caso o Certificado de Registro Cadastral de ente público, ou "C.R.C./SICAF" não contemple toda a documentação de habilitação exigida neste

Edital, a licitante deverá anexar a certidão/documentação atualizada como complemento ao Certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

- **10.2-** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- *a)* Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual/MG, disponível em https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul
- **b)** "Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica" disponibilizada pelo TCU abrangendo "Certidão de Inidôneos Licitantes Inidôneos; Certidão de CNIA Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Certidão de CEIS Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Certidão de CNEP Cadastro Nacional de Empresas Punidas", disponível em https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br
- c) Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de Capela Nova/MG.
- **10.2.1-** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante por força do artigo 12, da Lei n.º 8.429, de 1992, em cumprimento ao dispositivo legal.
- **10.2.2-** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- **10.2.3-** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- **10.2.4-** A licitante será convocada para manifestação previamente à sua desclassificação.
- **10.2.5-** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada do presente certame, por falta de condição de participação.
- **10.2.6-** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

- **10.2.7-** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação das licitantes (enviada/anexada em formato digital na plataforma https://capelanova.licitapp.com.br/ será verificada para análise de pleno cumprimento das exigências editalícias.
- **10.3-** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas para fins de habilitação, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- **10.4-** Sob pena de **inabilitação**, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:
- a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- **b)** se a licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da **filial**;
- c) se a licitante for matriz, e o executor do contrato for a filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- **d)** serão dispensados da **filial** aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.
- **e)** A Certidão Negativa de Falência ou Concordata deverá se referir à matriz da licitante.
- **10.5-** Os documentos exigidos neste edital deverão ser inseridos/anexados no endereço eletrônico https://capelanova.licitapp.com.br/, após a fase de lances e negociações.
- **10.6-** Havendo dúvidas quanto à autenticidade dos documentos, a Comissão promoverá diligências necessárias, e a licitante será intimada para promover e prestar às informações necessárias, sob pena de desclassificação.
- **10.7-** A licitante é responsável pelas informações prestadas, sendo motivo de inabilitação a prestação de informações falsas ou que não reflitam a realidade dos fatos. A inabilitação ou desclassificação poderá ocorrer no caso de o Pregoeiro vir tomar conhecimento de fato que desabone a idoneidade da licitante que comprove a falsidade das informações prestadas ou qualquer outro que contrarie as disposições contidas neste Edital.

- **10.8-** Os documentos não apresentados na plataforma do pregão eletrônico do Município de Capela Nova/MG, não serão considerados pelo Pregoeiro.
- **10.9-** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para o continuidade da mesma.
- **10.10-** Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento das propostas, sem convocação para a contratação, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

11- DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- **11.1-** No dia, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, será aberta a sessão de processamento deste Pregão Eletrônico.
- **11.2-** Será utilizado o modo de disputa "ABERTO E FECHADO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- **11.3-** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos, sendo desclassificados os itens das propostas que:
- **11.3.1-** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições estabelecidos neste Edital:
- 11.3.2- que não contiverem o preço unitário do lote;
- **11.3.3-** que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, ou superestimados ou manifestamente inexequíveis;
- **11.3.5-** que apresentarem preços baseados exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- **11.3.6-** que de alguma forma identifique a licitante;
- **11.4-** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- **11.5-** Para fins de julgamento serão desprezadas as casas decimais que excedam a 02 (duas) no preço unitário do item.
- **11.6-** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- **11.7-** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- 11.7.1- Para efeito de seleção será considerado o PREÇO UNITÁRIO DO LOTE.
- **11.8-** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO DE CADA LOTE, com o máximo de <u>duas casas decimais</u>, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas neste Edital.
- **11.9-** A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.
- **11.10-** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo).**
- **11.11-** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- **11.12-** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 11.13- A aplicação do valor do lance incidirá sobre o VALOR UNITÁRIO DO LOTE.
- **11.14-** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- **11.15-** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela, nó máximo de 3 (três), possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

- **11.16-** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.17- Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **11.18-** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **11.19-** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente depois de decorridas **24 (vinte e quatro horas)** da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **11.20-** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- **11.21-** Depois de encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- **11.22-** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes. Após a negociação, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- **11.23-** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante.
- 11.24- Considerada aceitável a oferta de menor preço, será concedido o prazo de até DUAS HORAS, contadas da solicitação pelo Pregoeiro no sistema, para envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação e, se necessário, dos documentos complementares para confirmação daqueles exigidos neste Edital.
- **11.25-** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- 11.25.1- substituição e apresentação de documentos;
 - **11.25.2-** verificação de informações por meio eletrônico.

- 11.26- A validade dos documentos a que se referem às alíneas "c", "d" e "f" do inciso II, do item 12.1 deste Edital será certificada na Internet pelo Pregoeiro, devendo ser comprovadas as autenticidades e veracidade dos documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- **11.27-** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da verificação.
- **11.28-** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 11.29- Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o representante da sua autora, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.
- **11.30-** Enquanto estiver ausente o representante da licitante da sessão pública, serão excluídos da disputa os itens da sua proposta.
- **11.31-** Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.
- **11.32-** O Pregoeiro, no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.
- **11.33-** Caso seja necessário, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do Pregão, a qualquer momento, para realização de diligências, designando nova data para sua continuidade, ficando intimados, no mesmo ato, os licitantes credenciados na plataforma do Pregão Eletrônico do Município.
- 11.34- Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
- **11.35-** Não sendo apregoado o objeto da presente licitação no dia da sua abertura o Pregoeiro designará nova data para continuação dos trabalhos.
- **11.36-** A Administração Pública poderá revogar total ou parcialmente a presente licitação, por interesse público ou anulá-la por ilegalidade, por meio de ofício ou

mediante provocação de terceiros, nos termos do artigo 71, II e III, da Lei nº 14.133/2021, não gerando obrigação por parte da contratante em indenizar,

ressalvando o disposto em lei.

11.37 - CABERÁ AO LICITANTE INTERESSADO EM PARTICIPAR DA LICITAÇÃO ACOMPANHAR AS OPERAÇÕES NO SISTEMA ELETRÔNICO DURANTE O PROCESSO LICITATÓRIO E SE RESPONSABILIZAR PELO ÔNUS DECORRENTE DA PERDA DE NEGÓCIOS DIANTE DA INOBSERVÂNCIA DE MENSAGENS EMITIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO OU DE SUA DESCONEXÃO.

12- DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- **12.1-** Às microempresas e empresas de pequeno porte que participarem deste certame será dispensado tratamento diferenciado, na forma da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, a saber:
- I Elas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;
- II Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;
- **III -** A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro;
- IV Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado até o último dia do prazo inicialmente concedido;
- **V** A não regularização da documentação no prazo previsto no inciso anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º da Lei 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;
- **VI -** É assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte;

- **VII -** Entende-se por empate, para os efeitos do inciso anterior, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;
- **VIII -** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os os critérios de desempate, conforme previsto no Art 60 da Lei 14.133/2021;
- IX No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no inciso VII, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- **X** Na hipótese da não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;
- **XI -** O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- **XII -** A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

12- DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA ADJUDICAÇÃO

- 12.1- No final da sessão o representante da licitante que desejar recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção de fazê-lo, no prazo de 20 (vinte) minutos, em campo próprio do sistema de Pregão Eletrônico do Município de Capela Nova (MG), indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos; Caso necessário, o pregoeiro poderá determinar outra data para iniciar o prazo de manifestações sobre a intenção de recorrer; após, abrir-se-á o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais das razões, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **12.1.1-** As razões e contrarrazões do recurso deverão ser elaboradas por escrito e dirigidos ao Pregoeiro, exclusivamente por e-mail: (licitar@capelanova.mg.gov.br).
- **12.2-** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - **12.3-** A ausência de manifestação do representante da licitante importará:

- **12.3.1-** a decadência do direito de recurso;
- **12.3.2-** a adjudicação do objeto do certame pela autoridade competente à licitante vencedora;
- **12.3.3-** o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- **12.4-** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente, nos termos do art. 165 da Lei 14.133/2021
- **12.5-** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento.
- **12.6-** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.7- A adjudicação será feita àquela licitante que apresentar o MENOR PREÇO DO VALOR UNITÁRIO DO LOTE.

13- DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

13.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

13.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

- **13.3** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- **13.4-** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no Art 137 e seguintes da Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

- **13.6** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.
- 13.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.
- **13.8-** A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato caracterizará descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente previstas, sem prejuízo das demais sanções legais.
- **13.9-** Na ocorrência da hipótese prevista no subitem anterior, o fato em si constituirá inadimplência, podendo o objeto da licitação ser adjudicado à segunda colocada, a exclusivo critério da Administração.
- **14.8-** O contrato a ser celebrado reger-se-á pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

15- DA VALIDADE DO CONTRATO

15.1- O Contrato decorrente deste certame terá validade de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado.

16- DO PRAZO, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

- **16.1-** Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues de forma parcelada ou na totalidade e na medida das necessidades da Administração Municipal, no prazo máximo de **30 (TRINTA) dias**, contados do recebimento, pela licitante adjudicatária, da Ordem de fornecimento expedida pela Prefeitura Municipal de Capela Nova/MG.
- **16.2-** Os produtos deverão ser entregues, parceladamente ou na totalidade, no Município de Capela Nova MG, de acordo com as necessidades, especificamente nos locais indicados nas Ordens de Compra expedidas pela Prefeitura Municipal de Capela Nova, correndo por conta da contratada, as despesas decorrentes do fornecimento, entre elas o transporte, embalagem, taxas e impostos, embarque e desembarque da mercadoria, mão de obra e seus encargos sociais.
- **16.3-** Os produtos serão fornecidos sob a responsabilidade exclusiva da licitante adjudicatária, que deverá atender às normas expedidas pelos órgãos que regulamentam tal fornecimento.
- **16.4-** A licitante vencedora obriga-se a entregar os produtos de acordo com as especificações discriminadas no Termo de Referência/Descrição do Objeto (Anexo I), e nas quantidades solicitadas, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste instrumento convocatório.
- **16.5-** A "Ordem de Compra" será enviada à empresa Contratada via e-mail ou qualquer outro meio idôneo.

17- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- **17.1-** Os produtos serão recebidos provisoriamente pelo responsável ou Comissão constituída pelo Prefeito Municipal que verificará se eles estão de acordo com as exigências previstas no edital.
- **17.2-** Por ocasião da entrega dos produtos, a licitante adjudicatária deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número da identidade do servidor da Administração responsável pelo recebimento.
- **17.3-** Constatadas irregularidades nos produtos fornecidos a Administração poderá:

- **17.3.1-** se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 17.3.2- se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- 17.4- Nas hipóteses de substituição ou complementação, a licitante adjudicatária deverá fazê-las em conformidade com a indicação da Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, sem alteração no preço.
- **17.5-** O recebimento definitivo dos produtos dar-se-á no prazo de 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, uma vez verificadas as perfeitas condições dos mesmos, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.

18- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1- DO PRAZO DE PAGAMENTO

- **18.1.1-** Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento definitivo e emissão da respectiva nota fiscal emitida pela empresa detentora da Ata, com a indicação da conta bancária, ou se optar, via boleto bancário, tendo as despesas respaldo nos elementos orçamentários constantes do orçamento geral do Município.
- **18.1.2-** As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à licitante adjudicatária e seu vencimento ficará prorrogado pelo prazo que durar o saneamento das incorreções.
- **18.1.3-** O pagamento será feito mediante crédito em conta e via boleto bancário, cuja titularidade seja da licitante.
- **18.1.4-** Constatadas irregularidades no fornecimento dos produtos, o pagamento ficará sobrestado até que sejam apuradas as responsabilidades pelas irregularidades, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
- **18.1.5-** A Prefeitura Municipal poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos deste Pregão.



18.1.6- Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou previdenciária, sem que isso gere direito à alteração de preços ou compensação financeira por atraso de pagamento.

18.1.7- A Administração Municipal solicitará o fornecimento dos produtos de acordo com as demandas das Secretarias Municipais requisitantes.

19- INSTRUMENTALIZAÇÕES DA COMPRA

- **19.1-** Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Capela Nova/MG emitirá Requisição de Empenho e Ordem de Compra, de acordo com as necessidades da secretaria requisitante.
- **19.2-** A licitante vencedora deverá estar em dia com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS e com o INSS, entre outras.
- **19.3-** A recusa injustificada da licitante vencedora em fornecer os produtos dentro do prazo estabelecido, sujeitá-la-á a aplicação das penalidades previstas na cláusula das SANÇÕES ADMINISTRATIVAS deste edital.
- **19.4-** A Ordem de Compra e a Nota de Empenho poderão ser canceladas pela Administração nas seguintes hipóteses:
- a) unilateralmente, nos termos da legislação pertinente, em especial pela ocorrência de uma das hipóteses contidas no artigo 137, da Lei 14.133/2021 e alterações;
- b) bilateralmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da CONTRATANTE, após acordo entre as partes;
 - c) judicialmente, nos termos da legislação.

20- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

20.1- As despesas decorrentes deste certame correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias constantes do orçamento do Município para o ano de 2024:

Dotações: 02.003.001.1236101142.293.3.3.90.32.0059

Fonte: 2550.000 Ficha: 00137

21- DAS SANÇÕES

21.1- A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo

inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.2- Pela inexecução total ou parcial do objeto pela adjudicatária, a Administração Municipal poderá aplicar-lhe as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

21.2.1- Advertência;

- **21.2.2-** Multa nos seguintes percentuais, aplicáveis na ocorrência de descumprimento das cláusulas contratuais:
- **21.2.2.1-** Em caso de atraso superior a 24 (vinte e quatro) horas no fornecimento dos produtos, depois de recebida a Ordem de Compra, a adjudicatária pagará multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor global estimado do contrato, limitado a 3,5% (três vírgula cinco por cento) e o prazo de 07 (sete) dias.
- 21.2.2.- Ultrapassado o prazo de sete dias previsto na cláusula 21.2.2.1, a Administração Municipal poderá rescindir o contrato e aplicar a multa de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor global estimado do contrato, acumulado com a multa prevista na cláusula 21.2.2.1.
- 21.2.2.3- Multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor global estimado do contrato na ocorrência das seguintes hipóteses:
 - a) não atendimento das especificações do(s) produto(s);
 - **b)** não atendimento das especificações do(s) produto(s) sem que o contratado providencie a substituição ou complementação dos mesmos;
 - c) não cumprimento de qualquer condição fixada na Lei n.º 14.133/2021, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores.
- **21.2.2.4-** Na hipótese da licitante vencedora, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão por culpa ou dolo, lhe será aplicada multa no valor de **35% (trinta e cinco por cento)** incidente sobre o valor global estimado.

- **21.3-** Os valores das multas poderão ser descontados de possíveis créditos que a detentora da Ata tenha junto à Administração.
 - **21.4-** Constituem motivo para rescisão do Contrato:
 - I não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos;
 - II o cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos;
 - III a lentidão no fornecimento dos produtos;
 - IV o atraso injustificado no início do fornecimento;
- V a paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- VI a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edita;
- VII o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução;
 - VIII o cometimento reiterado de faltas na sua execução;
 - IX a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - X a dissolução da sociedade;
- XI a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;
- XII razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere ao Contrato:
- XIII a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;

- **21.5-** Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
 - **21.6-** A rescisão do Contrato poderá ser:
- I determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII da cláusula anterior;
- II amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
 - III judicial, nos termos da legislação.
- **21.7-** A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- **21.8-** Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.
- **21.9-** Em caso de rescisão do contrato decorrente desta licitação, poderá a Administração Municipal reter créditos decorrentes até o limite dos prejuízos causados à Administração.

22- DAS CONSULTAS E IMPUGNAÇÃO

- **22.1-** Este Edital será publicado:
- **22.1.1-** Integralmente, com os seus anexos, no Quadro de Avisos existente na entrada da Prefeitura Municipal de Capela Nova e no link "Licitações", sub link "Licitações 2024 Pregão Pregão Eletrônico" do sítio eletrônico: www.capelanova.mg.gov.br
- **22.2-** Qualquer modificação neste Edital será divulgada pela mesma forma que se deu o texto original.
- **22.3-** As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site da Prefeitura Municipal e as publicações no Diário Oficial "Minas Gerais", *quando for o caso*, com vistas a possíveis alterações e avisos.

- **22.4-** Impugnação aos termos do Edital deverá ser encaminhada por forma eletrônica, pelo o e-mail: licitar@capelanova.mg.gov.br, obrigatoriamente, e estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante, sob pena de ilegitimidade ativa, **até 03 (três) dias úteis** anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sob pena de preclusão do direito.
- **22.5-** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, pelo e-mail: licitar@capelanova.mg.gov.br, <u>até 03 (três) dias úteis</u> anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, sem indicação de qualquer tipo de expressão ou caractere que identifique a licitante, para fins de garantia do anonimato e impessoalidade durante as fases subsequentes do certame.
- **22.5.1-** O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos e decidirá sobre impugnação no prazo de <u>até 02 (dois) dias úteis</u>, contados da data de recebimento do pedido.
- **22.6-** A Prefeitura Municipal de Capela Nova/MG não se responsabiliza por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado ou ainda entregues fora do prazo.
- **22.7-** A decisão do Pregoeiro será enviada ao impugnante via e-mail ou qualquer outro meio idôneo.
- **22.8-** Acolhida a petição, será designada nova data para a realização do certame.
- **22.9-** Será indeferida de plano a petição infundada, que tenha por finalidade apenas procrastinar o certame.

23- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 23.1- As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor do interesse público e da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.2- Das sessões públicas de processamento deste Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, a serem certificadas eletronicamente pelo Pregoeiro, Membros da

Equipe de Apoio e licitante e disponibilizadas na plataforma eletrônica https://capelanova.licitapp.com.br/

- **23.3-** O(s) documento(s) de habilitação apresentado(s) pelas licitantes, a qualquer tempo, se for necessário, poderá a Comissão do Pregão requisitar informações e conferidas suas autenticidades.
- **23.4-** O resultado deste certame será divulgado no site oficial do Município www.capelanova.mg.gov.br.
- **23.5-** O inteiro teor do processo eletrônico ficará à disposição para quaisquer interessados no Departamento de Licitações e Contratos.
- 23.6- A licitante adjudicatária que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Município de Capela Nova/MG e será descredenciada no cadastro de fornecedores pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no contrato e das demais cominações legais.
 - 23.7- Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
 - 23.8- Integram o presente Edital os seguintes Anexos:
 - ANEXO I Termo de Referência/Descrição do Objeto;
 - ANEXO II Modelo Padrão de Proposta de Preços;
 - ANEXO III Declaração Unificada;
 - **ANEXO IV Minuta do Contrato.**
- **23.9-** O Pregoeiro poderá desclassificar proponentes por ato fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, caso comprove qualquer fato que desabone a idoneidade, capacidade administrativa ou ausência de documentação exigida no presente Edital.
- **23.10-** Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Carandaí MG.

- **23.11-** A quantidade apresentada no Termo de Referência/Descrição do Objeto é meramente informativa, não se obrigando a Administração a realizar a contratação nas quantidades indicadas.
- **24.12-**O cumprimento das condições exigidas no TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO Anexo I deste Edital poderá ser fiscalizado por servidor designado ou por Comissão Instituída pelo Poder Executivo Municipal.

Capela Nova, 29 de abril de 2024.

Adelmo de Rezende Moreira Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024 - ANEXO I -

TERMO DE REFERÊNCIA/DESCRIÇÃO DO OBJETO

1- OBJETO

1.1 Este termo de referência visa especificar os elementos mínimos necessários para aquisição de uniformes e acessórios escolares.

1.2 JUSTIFICATIVA:

1.2.1 A Secretaria Municipal de Educação vem implementando ações voltadas para a qualidade e o bem-estar das crianças atendidas nas escolas municipais de Capela Nova. O uniforme escolar é, portanto, parte integrante desse ambiente e deve ser pensado sob a ótica do conforto, da durabilidade, dos custos e também da segurança. O uso de uniforme na escola, que é elemento de integração e de promoção da inclusão e da igualdade social, coloca as crianças em nível igualitário, amenizando as desigualdades causadas pelas diferenças sociais. Os uniformes se constituem como uma forma de identificação dos alunos, lhes garante um sentimento de pertencimento ao grupo social, fundamental para o desenvolvimento psicossocial da criança. É preciso ressaltar, ainda, a praticidade e a economia que o uniforme escolar proporciona aos pais e responsáveis, já que a utilização de diferentes roupas a cada dia de aula é oneroso às famílias. Deste modo, faz-se necessário a aquisição de uniformes para alunos da rede municipal, considerando que um uniforme padronizado e perene distingue e, ao mesmo tempo, integra o aluno à instituição a qual pertence, refletindo no comportamento, na identidade visual e no seu estímulo pedagógico. Sob esse aspecto justifica-se a licitação destes itens, quanto a sua distribuição e a obrigatoriedade de utilização do uniforme escolar nas escolas municipais, que compõem a Rede de Ensino do Município.

O não parcelamento do objeto em itens, demonstra-se técnica e economicamente viável, já que os lotes foram feitos conforme natureza/característica do objeto, e não tem finalidade de reduzir o caráter competitivo da licitação, visa tão somente assegurar a gerência segura da contratação, garantir a padronização dos materiais e, principalmente assegurar não só a mais ampla competição necessária em um processo licitatório, mas também atingir a sua finalidade efetividade que é a de atender a contento as necessidades da Administração Pública. A escolha da divisão dos itens em lotes justifica-se em virtudes das características dos materiais, eficiência na fiscalização dos contratos e pela celeridade na conclusão de seu processo licitatório. Por fim, ressalte-se que, no presente caso, a licitação dar-se-á em menor preço por lote, pois será mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica, permitindo melhores resultados. Entende-se que a execução da operacionalidade e gestão do contrato a ser



celebrado, bem como a execução do objeto a ser adquirido, poderão ser prejudicados caso haja o parcelamento do objeto por itens, pois certamente tornará mais complexa a logística de execução dos mesmos, com dispêndio de mais capital humano e 'recursos financeiros para garantir a perfeita execução das atividades. Cabe ressaltar que o parcelamento não iria garantir a padronização das cores dos uniformes. Os itens que não se justificam em agrupamentos em lotes estão devidamente separados.

Visa este pregão a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração para as aquisições dos objetos solicitados. Para tanto, segue especificação dos produtos abaixo:

2 – ESPECIFICAÇÃO:

Lote	Ordem	Quant.	UN.	Especificação	Valor Médio Unit.	Valor Total Médio
00001	1	1000		O000021889- CAMISETA MANGA CURTA CAMISETAS MANGA CURTA: CONFECCIONADA EM MALHA ANTI PILLING, 84% POLIESTER 16% VISCOSE TOLERÂNCIA MÁXIMA DE VARIAÇÃO NOS LAUDOS DE 5% +/-, NA COR: AZUL MARINHO PANTONE 19- 3921 TPX; GOLA: A GOLA EM V DEVERÁ TER ACABAMENTO EM RIBANA 1X1 EM FORMATO REDONDA, COMPOSIÇÃO 96,7% POLIESTER X 3,3% ELASTANO TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE 5%+/-, GRAMATURA 250GR/M TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE 5%+/-, COR VERDE JADE PANTONE 16-0828 TCX TAMANHOS 2 A 6 ANOS E P AO G3.		27.566,6000
00001	2	1000		O000021890- CAMISETA SEM MANGA CAMISETAS SEM MANGA: CONFECCIONADA EM MALHA ANTI PILLING, 84% POLIESTER 169 VISCOSE TOLERÂNCIA MÁXIMA DE VARIAÇÃO NOS LAUDOS DE 5% +/- GRAMATURA 175GR/M? TOLERÂNCI MÁXIMA DE VARIAÇÃO NOS LAUDC DE 5%+/-, NA COR: AZUL MARINHO PANTONE 19- 3921 TPX; GOLA: A GOLA EM V DEVERÁ TER ACABAMENTO EM RIBANA 1X1 EM FORMATO REDON DA, COMPOSIÇÃO 96,7% POLIEST X 3,3% ELASTANO TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO DE 5%+/-, GRAMATURA 250GRIM? TOLERÂNCIA DE VARIA ÇÃO DE 5%+ -, COR VERDE JADE PANTONE 16-0828 TCX TAMANHOS 2 A 6 ANOS E P AO G3	ŕ	29.900,0000



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

00001	3		UN	0000021891- JAQUETA AGASALHO JAQUETA AGASALHO: CONFECCIONADA EM HELANCA COMPOSIÇÃO 92% POLIAMIDA X 8% ELASTANO, GRAMATURA 300GR/M2 TOLERÂNCIA MÁXIMA DE VARIAÇÃO NOS LAUDOS DE 5% +/-, COR: AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX, COM ZÍPER NA FRENTE NA COR DA JAQUETA DESTACÁVEL. TAMANHOS 2 A 16 ANOS E P AO G3 00000021892- CALÇA AGASALHO CALÇA AGASALHO: CONFECCIONADA EM HELANCA COMPOSIÇÃO 92% POLIAMIDA X 8% ELASTANO,	88,9666	
00001	4	600	UN	GRAMATURA 300GRIM? TOLERÂNCIA MÁXIMA DE VARIAÇÃO NOS LAUDOS DE 5%+/-, COR: AZUL MARINHO PANTONR 19-3921 TPX. TAMANHOS 2 A 16 ANOS E P AO G3		25.380,0000
00001	5	300	UN	0000021893- BERMUDA BERMUDA: CONFECCIONADA EM MALHA HELANCA 80% POLIÉSTER X 20% POLIAMIDA TOLERÂNCIA MÁXIMA DE 5%+- GRAMATURA 250GR/M? COM TOLERÂNCIA MÁXIMADE VARIAÇÃO DE 5%+-,NA COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX. TAMANHOS 2 A 16 ANOS	28,9000	8.670,0000
00001	6	300		00000021894-SHORTSAIASHORT-SAIA:CONFECCIONADAEMUNIDMALHAHELANCA80%POLIÉSTERX20%POLIAMIDATOLERÂNCIAMÁXIMADE5%+-GRAMATURA250GR/M?COMTOLERÂNCIAMÁXIMADE VARIAÇÃO DE5%+-,NACORAZULMARINHOPANTONE19-3921TPX.TAMANHOS2A16ANOS	31,2333	9.369,9900
Total 00001		3800				154.266,5500
00002	8	600		O0000021896- CALÇADO TIPO TENIS CASUAL: CASUAL: CALÇADO TIPO TÊNIS CASUAL, APROPRIADO PARA CAMINHADAS, USO DIÁRIO, LEVE, VERSÁTIL, RESISTENTE, DURADOURO, CONFORTÁVEL, PRODUZIDO E CONFECCIONADO A PARTIR DE DUAS PARTES DISTINTAS (CABEDAL E SOLADO) NAS QUAIS SÃO UNIDAS PELO PROCESSO DE ADESIVOS A BASE DE ÁGUA, TRAZENDO BENEFÍCIOS AO MEIO AMBIENTE NO QUAL NÃO RECEBERÁ DEJETOS QUÍMICOS DOS ADESIVOS. NO INTUITO DE SE OBTER MELHOR RESULTADO NO PRODUTO FINAL QUE	102,1000	61.260,0000



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA

CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

TEM COMO OBJETO CALÇADO PARA USO ESCOLAR DE CRIANÇAS ADOLESCENTES DA REDE DE ENSINO. DEVERÁ SER UTILIZADA UMA FÔRMA COM DESIGN MODERNO COM PERFIL ERGONOMICAMENTE DESENVOLVIDA PROPORCIONAR MAIOR PARA CONFORTO AO CAMINHAR. BICO LEVEMENTE *ELEVADO* PARA FACILITAR LOCOMOÇÃO DESEMPENHO, DIMINUINDO O ATRITO E ESFORÇO DO PE QUANDO EXIGIDO NESTE MOVIMENTO, **SERVINDO** TAMBÉM PARA ALIVIAR O CANSAÇO DURANTE A ARTICULAÇÃO. DEVE TER ETIQUETA EM VINIL AUTOADESIVA EM RESINA FLEXÍVEL CRISTAL COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITO DE CAPELA NOVA PREFEITURA COSTURADA NAS LATERAIS DO CABEDAL. POR SE TRATAR DE UM PRODUTO EM PRODUÇÃO FABRIL EXIGE-SE QUE AS DIMÉNSÕES DOS CALCADOS **ACOMPANHEM** PADRÕES COMERCIAIS BASEADOS NA ESCALA FRANCESA CUJO FATOR DE CONVERSÃO 0,66667. A MEDIÇÃO EM CENTÍMETROS É SEMPRE REALIZADA NA FÔRMA UTILIZADA PARA MONTAGEM DO CALÇADO. A MEDIDA CALÇADO REALIZADA EΜ JA CONFECCIONADO DEVERÀ SER REALIZADA NA **PALMILHA** DE HIGIENIZAÇÃO OU NA BASE INTERNA DA ENTRESSOLA, COM VARIAÇÃO PERMITIDA DE 3% (+/-). TAMANHOS 23 AO 44 AS DUAS PARTES QUE COMPÕEM 0 TÊNIS SÃO SUBDIVIDIDAS E TEM AS SEGUINTES CARACTERÍSTICAS: 4.2.1.1 COR E MATERIAL DO CABEDAL E LINGUETA : A GÁSPEA DO CABEDAL, LATERAIS E LINGUETA, DEVERÃO SER DE LONA DUBLADA, DE NO MÍNIMO 430 GRAMAS POR METRO QUADRADO, NA COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX, DEVENDO ESTAR DUBLADA COM SARJA TAMBÉM DE 100% ALGODÃO DESENGOMADO COM GRAMATURA MÍNIMA DE 250 GRAMAS POR METRO QUADRADO, TOTALIZANDO ASSIM UM MÍNIMO DE 680 GRAMAS POR METRO QUADRADO NO CONJUNTO. 4.2.1.2 CONTRA FORTE -O CONTRA FORTE SE LOCALIZA NA REGIÃO DO CALCANHAR ENTRE A LONA EXTERNA E A ESPUMA INTERNA. É **FABRICADO** ΕM ELASTÔMERO **VULCANIZADO**



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA

CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

FLEXÍVEL DE NO MÍNIMO 1,2 MM DE ESPESSURA. DEVENDO CHANFRADO EM TODA SUA BORDA SUPERIOR NA LARGURA MÍNIMA DE 8 MM TERMINANDO EM ZERO. 4.2.1.3 FORRO- O TÊNIS DEVE SER TODO FORRADO INTERNAMENTE COMTECIDO POLIÉSTER (GRAMATURA MÍNIMA130 GR/M2) NA COR PRETO, *DUBLADO* COM *ESPUMA* DE POLIURETANO DE NO MÍNIMO 5 MM DE ESPESSURA E DENSIDADE KG/M3(QUILOGRAMA POR METRO CÚBICO). 4.2.1.4 DEBRUM E COSTURA A GÁSPEA DEVE SER TODA DEBRUADA. O DEBRUM SERÁ DE GORGURÃO COM LARGURA MÍNIMA DE 12MM E COM BORDAS QUE NÃO DESFIAM. NA MESMA COR DO CABEDAL. TODAS AS COSTURAS TÊM DE 3 A 4PONTOS/CM E TEMUMARREMATE DE NO MÍNIMO PONTOS NAS EXTREMIDADES. COSTURAS EXTERNAS "APARENTES DEVEM SER DUPLAS E AFASTADAS DE 2,2 A 2,6 MM ENTRE SI. A LINHA USADA DEVE SER DE POLIAMIDA (NYLON) NÚMERO COMERCIAL 40. NACOR 4.2.1.5 CARDAÇO BRANCA. ATACADOR - O TÊNIS DEVERÁ SER ENTREGUE COM UM PARDE CADARÇO NA COR VERDE JADE PANTONE 16-TCX, DEVENDO SER ALGODÃO COM FIBRAS SINTÉTICAS, TRANCADA E CHATA ARMAÇÃO LARGURA DE NO MÍNIMO DE 7,00 MM E COMPRIMENTO ADEQUADO A CADA NÚMERO. 4.2.1.6 ILHÓSES - DEVEM SER DE ALUMÍNIO COM ACABAMENTO NATURAL, DIÂMETRO INTERNO MÍNIMO DE 5 MM, COMPOSTO POR DUAS PEÇAS (ILHÓS E ARRUELA) NOS PASSADORES DO CADARÇO. 4.2.1.7 BIQUEIRA, SOBREBIQUEIRA, BANDA LATERAL - DEVEM SER DE UMA COMPOSICÃO ELASTOMÉRICA VULCANIZADA. COMPOSTA POR BORRACHA NATURAL (NR) BORRACHA DE BUTADIENO ESTIRENO (SBR) E BORRACHA DE ETILENO PROPILENODIENO (EPDM),SENDO **ESTES COMPONENTES** PREPONDERANTES. SOBRE-BIQUEIRA COM ESPESSURA MÍNIMA DE 1,4MM. CORES: A BIQUEIRA NA COR VERDE JADE PANTONE 16-0828 TCX: BANDA LATERAL DEVE SER NA COR BRANCA. A SOBRE BIQUEIRA NA COR VERDE



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA

CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

JADE PANTONE 16-0828 TCX, O FILETE E O FRISO NA COR VERDE JADE PANTONE 16-0828 TCX. A SOBRE BIQUEIRA DEVERÁ TER GRAVAÇÃO DE REFORÇO. 4.2.1.8 ETIQUETA - DEVERÀ ETIQUETA EΜ VINIL TFR AUTOADESIVA EM RESINA FLEXIVEL CRISTAL COM O BRASÃO DA PREFEITURA E ESCRITO PREFEITURA DE CAPELA NOVA, COSTURADA NA LATERAL DO CABEDAL, CONFORME LAYOT. 4.2.1.9 AMORTECEDORA- PALMILHA DE EVA DE NO MÍNIMO 4,5 MILÍMETROS DE ESPESSURA, DUBLADA COM SARJA 100% ALGODÃO NA COR PRETA, COM NO MÍNIMO 220 GRAMAS POR METRO QUADRADO, DEVENDO TER A LOGO DA PREFEITURA. 4.2.1.10 CABEDAL - O CABEDAL NA COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX, PERSONALIZADO COM ETIQUETA EM VINIL AUTOADESIVA EM RESINA FLÉXIVEL CRISTAL COM IMPRESSÃO DIGITAL DA LOGO E NOME DO MUNICÍPIO QUE DEVERÁ SER COSTURADA AO CABEDAL CONFORME IMAGEM, COMPOSTO DAS SEGUINTES PEÇAS. 4.2.1.11 GÁSPEA - PEÇA SUPERIOR CONFECCIONADA PARTIR DE LAMINADO SINTÈTICO PU TIPO FLOATER NA COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX DUBLADO EΜ **TECIDO** 100% POLIÉSTER TIPO *FELPUDO* COM GRAMATURA 680GR/M2. 4.2.1.12 FRENTE PEÇA FRONTAL CONSTITUÍDA DE COURO NATURAL TIPO FLOATER CHANFRADO NA COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX TALONEIRA - PECA 4.2.1.13 SUPERIOR CONFECCIONADA PARTIR DE LAMINADO SINTÉTICO PU TIPO FLOATER NA COR COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX. 4.2.1.14 CONTRAFORTE -PECA TRASEIRA EXTERNA CONSTITUÍDA DE COURO NATURAL TIPO FLOATER CHANFRADO COR NA PRETA (PANTONE 19-0000 TPX). 4.2.1.15 TESOURINHA - PEÇA SUPERIOR CONFECCIONADA PARTIR SINTÉTICO LAMINADO PU FLOATER NA COR COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX. 4.2.1.16 REFORCA DA GÁSPEA **PECA** INTERNA CENTRAL CONSTITUÍDA DE NÃO TECIDO POLIÉSTER COM FIBRAS



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA

CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

TRATADAS. NA COR PRETA OU BRANCA. 4.2.1.17 LINGUETA - PEÇA SUPERIOR PARA FECHAMENTO EM SINTÉTICO PU TIPO *LAMINADO* FLOATER NA COR PRETA (PANTONE 19-0000 TPX) COM APLICAÇÃO DO DADOS DA EMPRESA COMO RAZÃO CNPJ E SOCIAL, LOTE FABRICAÇÃO. 4.2.1.18 FORRO DA LINGUETA; COLARINHO E FRENTE PEÇA INTERNA INTERNA CONSTITUÍDA DE TECIDO POLIÉSTER TIPO FELPUDO NA COR PRETO (PANTONE 19-0000 TPX) DUBLADO COM ESPUMA DE POLIURETANO. 4.2.1.19 ENCHIMENTO DA LINGUETA PEÇA INTERNA CONSTITUÍDA ESPUMA DE PORIURETANO NA COR NATURAL. 4.2.1.20 REFORÇA DA FRENTE - PEÇA FRONTAL INTERNA CONSTITUÍDA DE RESINAS TERMOPLÁSTICAS DUBLADA COM NÃO TECIDO, APLICADA PELO PROCESSO TERMO TRANSFERÍVEL 4.2.1.21 REFORÇO TRASEIRO - PEÇA TRASEIRA INTERNA CONSTITUÍDA DE RESINAS TERMOPLÁSTICAS APLICADA PELO PROCESSO TERMO TRANSFERÍVEL. 4.2.1.22 FECHAMENTO SUPERIOR EXTERNA PEÇA CONSTITUÍDA DE ELÁSTICO TRAMADO E TRANÇADOS FORMATO CHATO NA COR BRANCA PARA OS TAMANHOS ATÉ NUMERAÇÃO 29, PARA CALÇADOS COM NUMERAÇÃO IGUAL E SUPERIOR A 30 O FECHAMENTO SE DARÁ VIA ATACADORES OBTIDOS ATRAVÉS DE FIOS DE POLIÉSTER TRANÇADOS FORMATO CHATO COR PRETA (PANTONE 19-0000 TPX) 4.2.1.23 PALMILHA DE MONTAGEM PECA INTERNA INFERIOR CONSTITUÍDA NÃO DE **TECIDO REFORÇADO** POLIËSTER POR COSTURAS, NA COR BEGE OLBRANCA. 4.1.20.23 PALMILHA DE SUSTENTAÇÃO - PEÇA INTERNA INFERIOR CONSTITUÍDA DE AGLOMERADO DE CELULOSE, ENTRE A PALMINHA DE MONTAGEM E O SOLADO. 4.1.20.24 PALMILHA DE CONFORTO E HIGIENIZAÇÃO - PEÇA INTERNA CONSTITUÍDA DE BLEND DE MATERIAIS CONFORMADOS MOLDES ANATÔMICOS VIA SOLDA ELETRÔNICA SENDO OS MATÉRIAS TECIDO POLIÉSTER, ESPUMA DE POLIOL. TDI. COMPOLIMÉRICO TECIDO NÃO TECIDO NA COR BEGE



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

			OU BRANCA COM SILKSCREEN CONTENDO A NUMERAÇÃO.4.2.1.27 ENTRESSOLA - PEÇA MACIA COM AMORTECIMENTO DE IMPACTOS COM CORTES AERODINÂMICOS NA PARTE EXTERNA, CONSTITUÍDA COMPOSTO POLICLORETO DE VINILA EXPANDIDO MICROCELULAR FIBRAS DE BAMBU, NA COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX. UNIDA A SOLETA PELO PROCESSO DENOMINADO COLADO COM APLICAÇÃO DE ADESIVOS A BASE DE ÁGUA E POSTERIORMENTE COSTURA EXTERNA ENTRESSOLA CABEDAL EM TODO SUA EXTENSÃO. 4.2.1.28 SOLETA - PEÇA INFERIOR CONSTITUÍDA DE COMPOSTO TERMOPLÁSTICO DE ALTA ABRASÃO NA COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX. UNIDA A ENTRESSOLA PELO PROCESSO DENOMINADO COLADO. DEVERÁ CONTER SULCOS PARA ESCOAÇÃO DE ÁGUA E SUJEIRAS, E ASSIM MELHOR ADERÊNCIA COM DESENHO ANTIDERRAPANTE. 4.2.1.29 DETALHE TRASEIRO DO SOLADO - PEÇA INFERIOR PERSONALIZADA LOCALIZADA NA PARTE TRASEIRA DE CADA PÉ. CONSTITUÍDA DE RESINA TERMOPLÁSTICA DE PVC NA COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX. 4.2.1.30 EMBALAGEM - O PRODUTO DEPOIS DE ACABADO DEVERÁ SER EMBALADOS EM CAIXAS INDIVIDUAIS E POSTERIORMENTE EM CAIXAS COLETIVAS COM O MÁXIMO DE 15 PARES, DEVIDAMENTE ETIQUETADAS COM INFORMAÇÕES DE QUANTIDADES, COR, DADOS DO FABRICANTE. AS CAIXAS UNITÁRIAS DEVERÃO ESTAR PERSONALIZADAS COM TEXTO E ARTE A SER		
Total			FORNECIDAS PELO ÓRGÃO INCLUINDO INSTRUÇÕES DE USO E CONSERVAÇÃO.		
00002		600		·	61.260,0000
00003	9	600	0000021897- MOCHILA CONFECCIONADA EM TECIDO 100% POLIÉSTER, GRAMATURA 350GR/M² TOLERÂNCIA DE VARIAÇÃO 5%+/-, MEDINDO: 40CM DE ALTURA X 30CM UN DE LARGURA X 12CM DE PROFUNDIDADE. 4.2.5.1 CORPO PRINCIPAL: COR AZUL MARINHO PANTONE 19-3921 TPX E VERDE JADE PANTONE 16-0828 TCX CONFORME DESENHO. COSTAS E FRENTE	95,3666	57.219,9600



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA

CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

FORRADAS COM TNT 80GR. ENTRE OS DOIS FOLES, ZIPER Nº 6 NA. FUNDO MEDINDO 12CM DE LARGURA. PARA REFORÇO, O FUNDO DEVERÁ CONTAR COM UM PAPELÃO GRAMATURA MÍNIMA DE 1.000 POR METRO QUADRADO MEDINDO 10CM DF LARGURA X 23CM DE COMPRIMENTO SOB O PAPELÃO DEVERÁ TER FORRO EM TECIDO, MEDINDO 26CM DE COMPRIMENTO E DE 13,5CM LARGURA, COSTURADO EM TODOS OS LADOS PARA MELHOR FIXAÇAO. SOBRE CORPO MEDINDO 30CM DE LARGURA X 40CM DE ALTURA EM TECIDO, COM FECHAMENTO EM ZÍPER № 6 NA COR PRETA, COM UM CURSOR NA COR NÍQUEL. 4.2.5.2 VISOR: CONFECCIONADO EΜ CRISTAL TRANSPARENTE, COM 0,20MM DE ESPESSURA, MEDINDO 6,5CM DE ALTURA X 10CM DE LARGURA, FIXADO NA FRENTE DΑ **MOCHILA** CENTRALIZADO NA PARTE SUPERIOR FRONTAL. COM RECORTE EM FORMATO MEIA LUA PARA FACILITAR A RETIRADA. 4.2.5.3 BOLSOS: BOLSO NA LATERAL EM TECIDO DUPLA FRONTURA DE BOA QUALIDADE MEDINDO 15CM DE ALTURA X 17CM DE LARGURA, COM ELÁSTICO NA COR PRETA NA PARTE SUPERIOR E ACABAMENTO EM FITA DE POLIÉSTER DE 25MM NA COR PRETA NA PARTE INFERIOR DOS BOLSOS. BOLSO FRONTAL **MEDINDO** 21CM LARGURA X 24,5CM DE ALTURA, COM PERSONALIZAÇÃO DA LOGOMARCA EM SERIGRAFIA TIPO (POLICROMIA), COM FECHAMENTO EM FORMATO DE "U" INVERTIDO COM ZÍPER № 6 NA COR PRETA, COM 1 CURSOR NA COR PRETA. ACABAMENTO SOBRE COSTURA INTERNA DO ZÍPER E PARTE INFERIOR REFORCANDO COM FITA TNT-80GRS COR PRETA. 4.2.5.4 FRENTE: FRENTE DA MOCHILA ONDE FICARÁ CENTRALIZADO O BOLSO FRONTAL, TERÁ UM RODAPÉ COM PARTE DE CIMA OVALADA, MEDINDO 09CM EM SEU LADO MAIS ALTO NE 30CM DE LARGURA, COM ACABAMENTO NA PARTE OVALADA DE FITA DE POLIÉSTER COM 25MM DOBRADA. NAS LATERAIS DO BOLSO FRONTAL TERÃO DOIS RECORTES SEMELHANTES AO NÚMERO MEDINDO 5,5CM DE LARGURA X 24CM



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

			, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	
			DE ALTURA, PESPONTADO NAS	
			EMENDAS SUPERIORES.	
			COMPLEMENTANDO A FRENTE DA	
			MOCHILA, TERÁ UM RECORTE	
			MEDINDO 7,5CM NO SEU CENTRO	
			ACIMA DO BOLSO FRONTAL E 28,5CM	
			DE LARGURA. FORRO DE TODA A	
			FRENTE NO MESMO TECIDO	
			PRINCIPAL MEDINDO 30CM DE	
			LARGURA X 40CM DE ALTURA. 4.2.5.5	
			COSTAS: AS COSTAS EM TECIDO	
			DUPLA FRONTURA DE BOA	
			QUALIDADE MEDINDO 30CM DE	
			LARGURA X 40CM DE ALTURA, NA COR	
			PRETA, CONTENDO: DUAS COSTURAS	
			PARALELAS PARA FIXAÇÃO,	
			INTERNAMENTE ESPUMADA COM	
			ESPUMA PACK DE 6MM E FORRADA	
			INTERNAMENTE COM TNT-80GR NA	
			COR PRETA. 4.2.5.6 ALÇAS: ALÇAS	
			DAS COSTAS EM FORMATO "S"	
			MEDINDO 8CM DE LARGURA X 40CM	
			DE COMPRIMENTO, SENDO A PARTE	
			DE CIMA EM TECIDO E A PARTE DE	
			BAIXO EM TECIDO DUPLA FRONTURA	
			DE BOA QUALIDADE NA COR PRETA,	
			PREENCHIDA INTERNAMENTE COM	
			ESPUMA PACK DE 6MM E	
			CONTORNADA COM FITA DE TNT-80G	
			NA COR PRETA. NA PONTA DE CADA	
			ALÇA DEVERÁ TER UM REGULADOR	
			DE ALÇA TIPO CASTELINHO DE 30CM	
			NA COR PRETA DE BOA QUALIDADE,	
			FIXADO NO CADARÇO DE 30MM X	
			6,5CM DUPLO, REFORÇADO COM	
			COSTURA EM FORMATO DE "X". 4.2.5.7	
			TIRANTES: OS TIRANTES DAS ALÇAS	
			EM FITA 100% POLIPROPILENO DE	
			30NN NA COR PRETA MEDINDO 45CM	
			DE COMPRIMENTO CADA LADO.	
			DE COMPRIMENTO CADA LADO. DEVEM SER FIXADOS EM UM	
			TRIÂNGULO DE TECIDO MESMO QUE O	
			PRINCIPAL, QUE SERÁ COSTURADO	
			NAS LATERAIS DAS COSTAS DA	
			MOCHILA. 4.2.5.8 ALÇA: ALÇA DE MÃO	
			EM FITA 100% POLIPROPILENO DE	
			25MM NA COR PRETA DE 26CM DE	
			COMPRIMENTO, COM PEGA MÃO DE	
			BORRACHA PRETO, MEDIDAS	
			EXTERNAS 12,5CM DE COMPRIMENTO	
			X 03CM DE LARGURA. SILK: NA PARTE	
			DA FRENTE, NO CENTRO DO BOLSO	
			FRONTAL.	
			00000021898- ESTOJO	
			CONFECCIONADO EM TECIDO	
00003	10	300	UN ESTOJO CONFECCIONADO EM TECIDO 19,2333	5.769,9900
			100% POLIÉSTER,	
			GRAMATURA 350GR/M2,TOLERÂNCIA	
	Ĭ	ı		1



MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA

CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

			DE VARIAÇÃO 5%+-, MEDINDO 20 CM DE COMPRIMENTO X 6 CM DE ALTURA X 6 CM DE LARGURA, E ZÍPER E CURSOS NE 06.		
Total 00003		900		114,5999	62.989,9500
00004	7	1000	MEIA: TIPO SOQUETE COM CANO UNID 07 MÉDIO BAIXO, ATOALHADA NA COR BRANCA SENDO 62% POLIÉSTER, 20% ALGODÃO, 14,5% POLIAMIDA, 3,5% ELASTODIENO GRAMATURA 220G/CM? TOLERÂNCIA DE -+-5%, COM LOGO DA SECRETARIA NO ALTO DO CANO DA MEIA. NUMERAÇÃO 23 AO 44	15,2666	15.266,6000
Total 00004		1000		15,2666	15.266,6000
Total:		6300		480,8330	293.783,1000

3 DA CONDIÇÃO DOS PRODUTOS

- 3.1 As mercadorias deverão ser entregues no Município de Capela Nova no local indicado na ORDEM DE FORNECIMENTO e, obrigatoriamente, acompanhada da cópia da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.
- 3.2 O produto cotado deverá obedecer às normas padrões da ABNT, ANVISA E INMETRO, no que couber e ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor;
- 3.3 Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato.
- 3.4 O não cumprimento da obrigação, ocorrerá em penalidade, nos termos da Lei 14.133/21

4 DA ENTREGA:

4.1 Após a homologação do resultado e assinatura do contrato, será a vencedora notificada e convocada, através da devida Nota de Autorização de Fornecimento, conforme necessidade da Administração para, no prazo de até 30 (trinta) dias entregar os produtos solicitados através da NAF, nas quantidades e nos locais indicados.

A entrega será parcelada ou na totalidade de acordo com a necessidade da Administração.

5 - Nome do responsável pelo recebimento e Gestor do Contrato:

Maria Isabel Henriques Simões - Coordenadora de Educação.

Capela Nova, 29 de abril de 2024.	
Sandro Eduardo de Paiva	_
Socratária da Saúda	

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

- ANEXO II -

MODELO DE PROPOSTA PADRONIZADA

À

Prefeitura Municipal de Capela Nova/MG

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024

1. PROPONENTE					
Empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
Cidade:	UF	:	CEP:		
Telefone:	Fa	ix:			
E-mail:					
Sócio Proprietário/Representante Legal:	:				
CPF:	RG:				

2. VALOR PROPOSTO PARA O FORNECIMENTO

Apresentamos nossa proposta para fornecimento, conforme termo de referência, em atendimento às necessidades do Município de Capela Nova acatando todas as estipulações e exigências consignadas no Edital, conforme abaixo:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Observação:

Nos preços estarão inclusas todas as despesas que possam recair sobre o fornecimento, inclusive embalagem, frete, carregamento e descarregamento, tributos e encargos sociais.

3. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA		
O prazo de validade da proposta é de 60 dias corridos, contendo as propostas de preços.	contados da abertura dos enve	elopes
,de	de 2024.	
(assinatura do representante legal	 I da empresa)	

Nome e Cargo

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 015/2024 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2024

- ANEXO III -DECLARAÇÃO UNIFICADA

O abaixo assinado, responsável	pela empresa	, inso	crita no
CNPJ sob o nº, sedia	ada na cidade de	(.), com
endereço à Rua/Av	, nº	Bairro	,
DECLARA, para fins de participação no	este procedimento	licitatório, e em cumpi	rimento
à legislação e aos regulamentos vigente	es, aos quais se sul	bmete, declara que:	

- 1. Que o edital e seus anexos foram colocados à nossa disposição, e tomamos conhecimento de todas as informações, condições, locais e grau de dificuldade para execução do objeto da licitação;
- 2. Que as propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes, no site: https://capelanova.licitapp.com.br/
- 3. Que deverá apresentar os documentos para habilitação em https://capelanova.licitapp.com.br/, sob pena de inabilitação;
- 4. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no edital supracitado;
- 5. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para participação e habilitação de nossa empresa na presente licitação, ciente da obrigatoriedade de declarar, caso ocorram fatos posteriores que nos inabilite a participar de licitações;
- 6. Que a empresa não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública;
 - 7. Que não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera;
- 8. Que não existe fato impeditivo à sua habilitação no Município de Capela Nova, Estado de Minas Gerais;
 - 9. Que não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;

10. Que os sócios da empresa, bem como gerentes e diretores não cônjuges, companheiros (as) ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau do Pregoeiro e Equipe de Apoio;

- 11. Que estar ciente da responsabilidade de informar formalmente sobre qualquer alteração e de verificar periodicamente o correio eletrônico, sabendo que o conteúdo dos e-mails encaminhados entre as partes produzirão total validade jurídica;
- 12. Que não possui no quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República de 1988;
- 13. Que esta empresa é considerada () MICROEMPRESA / () EMPRESA DE PEQUENO PORTE / () MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme Incisos I e II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006. Obs: assinalar com "X" a opção da empresa;
- 14. Que a proposta anexa foi elaborada de maneira independente e que o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico, por qualquer meio ou por qualquer pessoa; que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação; que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da contratante antes da abertura oficial das propostas.

Local de data	ı		
	Assinatura e identificação do declarante		

- ANEXO IV -

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPELA NOVA, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 19.259.951/0001-08, com sede Administrativa na Rua Lopes Assis nº 09, Centro, neste ato representado por seu Prefeito Municipal,, brasileiro, casado, RG, inscrito no CPF sob o nº, residente e domiciliado em Capela Nova – MG. CONTRATADA: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO						
ESCO	LARES ,	-	relação	ato a AQUISIÇÃO DE UNIFOR e características contida no AN :		Processo de
lote	Cod.	Quant.	Un.	Especificação	Valor Unitário	Valor
						Total
					(R\$)	(R\$)
<u>CLÁU</u>	SULA SE	GUNDA - I	DOS DO	CUMENTOS APLICÁVEIS		
Para efeitos obrigacionais os documentos anexos referentes ao Processo Licitatório nº 015/2024 – Pregão Eletrônico nº 02/2024 integram o presente contrato valendo todos seus termos e condições.						
CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO						
3.1 - O	3.1 - O valor do presente contrato é de R\$					
mediar	nte a apre		da nota	do em até 30 (trinta) dias após fiscal e aceite da mesma, assinad		

3.2.1 - As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com a orientação da administração.

3.2.2 – Em caso de irregularidade, a Contratante notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período mediante justificativa da Contratada aceita pela Contratante. Findo este prazo sem que haja a regularização por parte da Contratada, ou apresentação de defesa pela Contratante, fatos estes que, isoladamente ou em conjunto, caracterização descumprimento de cláusula

contratual, estará o Contrato passível de rescisão e a Contratada sujeita às sanções administrativas previstas no Edital de Licitação.

- 3.2.3 Em caso de irregularidade na emissão do documento fiscal, o prazo para pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.
- 3.2.4 Não será pago o fornecimento feito em desacordo com as especificações deste edital.
- 3.3 A contratada apresentará no Departamento de Tributação, os originais das certidões negativas de débitos das Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e Divida Ativa da União, incluindo Contribuições Previdenciárias e de Terceiros, FGTS, CNDT todas válidas e regulares.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA QUINTA - CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO

- 5.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses da data da sua assinatura.
- 5.2 O contrato poderá ser alterado nos termos da Lai 14.133/2021.
- 5.3 A licitante vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação, para assinatura do contrato.
- 5.4 Ocorrendo o descumprimento do previsto no item anterior, o Município de Capela Nova convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para nova negociação.
- 5.5 A licitante contratada não poderá ceder o contrato total ou parcialmente a terceiros, sem prévia e expressa concordância da contratante.
- 5.6 A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar a contratante imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;
- 5.7 A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo da Chefe do Setor de Engenharia

CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DO OBJETO

- 6.1 O prazo máximo para fornecimento dos produtos objeto desta licitação será de 30 (TRINTA) dias após a emissão da Ordem de Fornecimento.
- 6.2 A contratada deverá entregar os produtos, no quantitativo solicitado e em conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta ofertada. A entrega será parcelada ou na totalidade, de acordo com as necessidades do Setor, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pelo setor requisitante, dentro dos prazos de validade, com carga e descarga por conta da licitante vencedora, em perfeitas condições de consumo imediato, na Rua Lopes Assis, 09, Centro Capela Nova/MG ou onde o gestor do Contrato determinar.
- 6.2.1 A entrega será parcelada, de acordo com a necessidade do setor requisitante, de segunda a sexta feiras no horário compreendido entre 08:00 às 17:00 horas, exceto feriados nacionais e municipais.

6.3 – A licitante vencedora deverá comunicar previamente ao setor competente, para que no dia e hora da entrega dos produtos licitados o responsável pelo Recebimento dos produtos esteja presente para o recebimento e verificação dos itens entregues. O contato poderá ser feito através do tel: 31-3727-1110.

CLÁUSULA SÉTIMA - CONDIÇÕES DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- 7.1 Os itens licitados serão recebidos provisoriamente.
- 7.2 O recebimento do objeto contratado dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:
 - a) na quantidade correta;
 - c) verificação da conformidade com a quantidade e especificações constantes deste edital:
 - d) no prazo e horário de entrega previstos neste Edital.
 - e) O produto deverá obedecer às normas padrões da ABNT e/ou INMETRO, ser de boa qualidade e atender eficazmente à finalidade que dele naturalmente se espera, conforme determina o Código de Defesa do Consumidor;
 - f) Caso fiquem constatadas irregularidades em relação ao objeto, ou mesmo não se enquadrar nas exigências mínimas, resultará na não aceitação do objeto e imediata rescisão do contrato
- 7.3 Satisfeitas estas exigências, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal.
- 7.4 Insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído no prazo de 05 (cinco) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.
- 7.5 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará a contratada incorrendo em atraso na entrega e, portanto, sujeita a aplicação das sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRAENTES

DO CONTRATADO

- 8.1 Manter durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, bem como, a compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 8.2 Fornecer os produtos solicitados, na forma e condições fixadas no presente edital, mediante Autorização de Fornecimento expedida pelo Município, observando rigorosamente a regulamentação, as especificações técnicas e às normas da ABNT/ INMETRO/ ANVISA, aplicáveis quanto aos mesmos, quando for o caso.
- 8.3 Sujeitar-se à aplicação das penalidades previstas na cláusula das sanções, quando recusar-se, injustificadamente, a realizar o fornecimento na forma e dentro do prazo estabelecido.

- 8.4 Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao Município ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades ocorridas frente às obrigações assumidas.
- 8.5 Reparar, corrigir, remover, reconstituir, em até cinco dias úteis, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis.
- 8.6 Responder por danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.
- 8.7 Prestar os esclarecimentos e as orientações que forem solicitados pelo Município ou pelo fiscal/gestor do contrato.
- 8.8 O contratado deverá assumir integralmente, por sua conta exclusiva, o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos, despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, securitária e tributaria, decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.
- 8.9 Promover a entrega em embalagens adequadas para proteger o conteúdo do produto contra danos durante o transporte, desde a origem até o destino da entrega, correndo por conta da contratada os custos correspondentes.
- 8.10 A despesa e a mão de obra para transporte, carga e descarga dos produtos será de responsabilidade da licitante vencedora.
- 8.11 Assumir inteira responsabilidade pela qualidade dos itens fornecidos, bem como observar rigorosamente a regulamentação e as especificações técnicas, aplicáveis a cada caso, executando todo o fornecimento com esmero e perfeição
- 8.12 Fornecer os produtos independente de quaisquer contratempos, ainda que haja necessidade de adquiri-los de seus concorrentes.
- 8.13 Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas.
- 8.14 O edital do pregão eletrônico 015/2024 e seus anexos é parte integrante deste contrato.

DO CONTRATANTE

- 8.9 Avaliar a fiel observância do que foi pactuado, através de servidor designado para o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento do objeto, registrando em relatório as deficiências porventura existentes, notificando a empresa e determinando prazo para a regularização das falhas observadas;
- 8.10 Atestar na nota fiscal/fatura o efetivo cumprimento do contrato, quando estiver de acordo com as exigências do edital e seus anexos;
- 8.11 Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma convencionada no Contrato, referentes às notas fiscais/faturas atestadas quanto ao objeto desta licitação, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades pactuadas;

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



CNPJ: 19.259.951/0001-08 - ESTADO DE MINAS GERAIS

- 9.1 Caso a **CONTRATADA** fornecer declaração falsa relativa aos cumprimentos dos requisitos de habilitação, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública do Município de Capela Nova, pelo prazo de até 03 (três) anos (art. 156, §4º da Lei 14.133/2021), enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.2 A inexecução total ou parcial do contrato ou instrumentos equivalentes, assim como a execução irregular, ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado garantido a prévia defesa, à aplicação das seguintes sanções, conforme artigo art. 155 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para adoção das necessárias medidas corretivas, a fim de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer obrigação contratualmente assumida e/ou qualquer instrumento equivalente, ou desatender as determinações da autoridade competente para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

- a) A pena pecuniária de multa, própria para a punição de atrasos injustificados dos prazos estipulados, pode ser aplicada cumulativamente com as sanções restritivas de direitos, , nos casos de inexecução total e parcial do contrato e/ou instrumento equivalente;
- b) A pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Municipal destina-se a punir a reincidência em faltas já apenadas com advertência, bem como as faltas graves que impliquem a rescisão unilateral do contrato.
- c) A declaração de inidoneidade do contratado, sanção administrativa de máxima intensidade, destina-se a punir faltas gravíssimas de natureza dolosa, das quais decorram prejuízos ao interesse público de difícil reversão.
- 9.3 A pena de suspensão dos direitos do contratado impede-o, durante o prazo fixado, de participar de licitações promovidas pelos órgãos da Administração Municipal, bem como de com eles celebrar contratos;
- 9.4 As aplicações das sanções previstas nesta cláusula são de competência do Prefeito Municipal, facultada a defesa prévia do contratado no respectivo processo administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da abertura de vistas;
- 9.5 Decorrido o prazo de declaração de inidoneidade, o interessado poderá requerer a sua reabilitação, cujo deferimento está condicionado ao ressarcimento dos prejuízos resultantes da ação punida.
- 9.7 A multa prevista nesta cláusula será:
- **I.** de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- **II.** de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- III. de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia, no caso de atraso no cumprimento dos prazos de início e conclusão das etapas previstas no cronograma e o descumprimento dos prazos fixados para a entrega dos bens e materiais adquiridos, até o máximo de 30 (trinta) dias, a partir dos quais será considerado descumprimento total ou parcial da obrigação, neste último caso, calculada sobre a parcela em atraso. O Município após este



prazo aplicará cumulativamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato

prazo aplicara cumulativamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato e/ou instrumento equivalente, ou sobre o valor correspondente à parcela não executada;

- **IV.** Na hipótese do previsto no item III anterior, se o descumprimento da obrigação comprometer o regular desenvolvimento das funções administrativas, a multa poderá ser cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com os órgãos da Administração Municipal, por prazo fixado em lei, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- 9.8 O valor correspondente à multa, após o devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contratado, será descontado do primeiro pagamento devido pelo Município em decorrência da execução contratual e/ou instrumento equivalente.
- 9.9 Na hipótese de descumprimento total da obrigação, após a celebração do contrato, caso tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da mesma;
- 9.10 Na hipótese de descumprimento total da obrigação em face do não atendimento da convocação para a assinatura do contrato, bem como, o valor das penalidades pecuniárias previstas nesta cláusula, deverá ser recolhido no Departamento de Tributação, do CONTRATANTE, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação, conforme estipulado nos incisos I, II e III do item 7 desta cláusula;
- 9.11 O não recolhimento da multa no prazo estipulado implicará a sua inscrição na dívida ativa, para cobrança judicial.
- 9.12 As multas não têm caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a CONTRATADA da plena execução do contrato.
- 9.13 Se a CONTRATADA ficar temporariamente impossibilitada, por motivo de força maior, de cumprir com suas obrigações e responsabilidades, poderá comunicar, por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a existência daqueles motivos, devidamente comprovados, indicando a alteração dos prazos pretendidos.
- 9.14 O comunicado de força maior será julgado à época do seu recebimento com relação à aceitação ou não dos motivos, podendo ou não a contratante averiguar em fase superior a veracidade do fato.

CLÁUSULA DEZ – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1 Este contrato poderá ser rescindido, por notificação extrajudicial, nas hipóteses previstas no art. artigos 137 e seguintes da Lei 14.133/2021 e alterações.
- 10.2 Além das hipóteses previstas no item anterior, constituem causas de rescisão deste contrato:
 - a) Não proceder à entrega do objeto contratado, sem motivo que justifique, sem autorização expressa e escrita do CONTRATANTE.
 - b) Não satisfazer as exigências do CONTRATANTE com relação à boa qualidade dos produtos fornecidos.
 - c) Se a CONTRATADA se conduzir dolosamente.
- 10.3 Além das hipóteses anteriores, poderá o CONTRATANTE rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial ou pagamento de indenização, por

falência, concordata, dissolução, insolvência da CONTRATADA, e, em se tratando de firma individual, por morte de seu titular.

10.4 - Para efeito de rescisão a CONTRATADA, de sua parte, deverá denunciar o presente contrato, mediante a apresentação de pedido escrito, junto ao CONTRATANTE, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias**.

CLÁUSULA ONZE - CONDIÇÕES GERAIS

Canala Nova

11.1 Os serviços/ fornecimento objeto do presente contrato ficarão sujeitos à incidência do imposto de renda na fonte, no percentual de 1,2%, conforme previsto na Legislação Federal vigente (Instrução Normativa nº 1.234/2012 da Receita Federal do Brasil), exceto para empresas optantes pelo simples nacional.

CLÁUSULA DOZE - DO FORO E DA GESTÃO CONTRATUAL

12.1 A gestão do presente contrato será realizada pela servidora:

Maria Isabel Henriques Simões - Coordenadora de Educação.

12.2 O presente instrumento foi lavrado em decorrência do **Processo Licitatório nº 015/2024**, **Pregão Eletrônico nº 02/2024**, regendo-se pelas normas da Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, às quais também se sujeitam as partes que o celebram, elegendo-se o Foro da Comarca de Carandaí - MG, para as questões dele resultantes, ou de sua execução, com expressa renúncia de qualquer outro.

E assim, por estarem justas e acordes, firmam as partes o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza jurídicos e legais efeitos.

40

	Oapola Nova,	uc	uc	<u> </u>
		Prefeito Municipal		
		CONTRATANTE		
		CONTRATADA		
TESTEMUN	HAS:			
1)				
CPF n⁰				
2)				
CPF n⁰				

do